

Estados terão que pagar 9 tri

União exigirá ainda que quitem 25% das dívidas externas

Chega a Cr\$ 9,3 trilhões a dívida mobiliária dos Estados e Municípios que vence neste ano. Estão vencendo em 1986 cerca de 100 milhões de títulos públicos. A informação foi dada ontem pelo secretário de Articulação com os Estados e Municípios, Antônio Augusto Reis Velloso, após despacho com o ministro João Sayad, do Planejamento. Reis Velloso admitiu que a dívida interna dos Tesouros estaduais e municipais é ainda maior, pois o Governo Federal não sabe o valor das dívidas com empreiteiros e fornecedores. Também não há dados confiáveis sobre o volume da dívida contraída com empréstimos internos.

Fontes do Palácio do Planalto revelaram que o Governo deverá obrigar os Tesouros estaduais e municipais a pagarem este ano 25 por cento do principal da sua dívida externa. O serviço (juros e amortização) da dívida externa dos governos subnacionais é de 1,2 bilhão de dólares este ano. Até agora, a orientação para questão do endividamento externo dos Estados e Municípios foi a de pagar os juros e rolar 100 por cento do capital.

A medida a ser adotada pelo Palácio do Planalto é decorrência da necessidade de reduzir as pressões desse nível de endividamento sobre o déficit públi-

co, e ignora o fato de que em novembro haverá eleições para troca dos governos estaduais e municipais (com exceção das capitais). Já se tem como certa uma grande reação dos governos subnacionais a medida em estudos.

Outro problema grave de endividamento é o das empresas estaduais e municipais. O serviço de sua dívida externa é maior que a dos Tesouros estaduais e municipais: 1,4 bilhão de dólares. Só a Centrais Elétricas de São Paulo tem um serviço, este ano, de 600 milhões de dólares. A medida que o Palácio do Planalto deverá tomar vai envolver o endividamento externo dessas empresas.